



**2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE  
DEMOCRACIA E DESIGUALDADES**  
Brasília, 7 a 9 de maio/2014

## **Informação Democrática: o Gigante acordou?**

Luiza Borges Bringel Machado  
Relações Internacionais  
Universidade de Brasília

**Resumo:** A proposta do presente trabalho é introduzir debate sobre as desigualdades nos meios de informação e como estas têm se apresentado em um Estado Democrático, que, por avanço, concede a informação como bem social, que faz parte, ainda, do direito do cidadão. A discussão gira em torno da participação ou não dos membros da sociedade nos meios de comunicação, sejam de massa ou não. Em caso específico, têm-se os protestos que aconteceram no Brasil – com o lema "o Gigante acordou", para se referir à sociedade brasileira -, no ano de 2013, mostrando a força da mídia e a inovação dos meios alternativos.

**Palavras-chave:** desigualdades, meios de informação, Estado Democrático, bem social, protestos.

Tomando por pressuposto a relação direta entre a inexistência de uma política de informação e o acesso ao investimento na área de cultura e à política de informação e leitura, têm-se, como já era de se esperar, que a informação é elemento fundamental para construção do indivíduo, como cidadão: “tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres”

(ARAÚJO, 1999, p. 2). A informação, assim como outros importantes e fundamentais quesitos, é tida como um bem social, que, diante de um contexto democrático, permite, teoricamente, o acesso àquela.

Então, para que a análise seja completa, deve-se entender o papel da democracia, nesse contexto, já que é através de um Estado democrático que são implementadas políticas culturais de informação para que o alcance aos meios de conhecimento sejam apropriados pelos cidadãos. A democracia institucionaliza instrumentos, com vistas a impedir o abuso de poder, sendo marcada, ainda, pela necessidade dos indivíduos de fazerem escolhas, através das relações sociais, tendo por base que a tomada de decisões beneficiará o indivíduo. É inegável afirmar que o acesso à informação é um direito que antecede outros, abrindo campos para um outro conjunto, sendo caracterizado, ainda, como um direito difuso, que pertence à coletividade – ganhos para a comunidade em geral -.

Nesse contexto, entra o termo "accountability", característico das democracias eleitorais, como o Brasil, que se encaixa aos meios de respostas quanto aos deveres dos políticos, de forma a se ter um visível vínculo entre representantes e representados. Como afirma Luís Felipe Miguel (2005), "a capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes é reduzida, devido a fatores que incluem a complexidade das questões públicas, o fraco incentivo à qualificação política e o controle sobre a agenda", daí a necessidade de se ter a responsividade diante dos representados, forma esta que se expande aos meios de informação/comunicação.

Ainda em termos políticos, é importante ressaltar que a possível solução para a garantia do direito à informação, o que também é um problema, é tida pela aprovação, bem como pela implementação de novas leis, que possam vir a definir procedimentos e prazos para a divulgação das informações e responsabilidades pelo descumprimento desta obrigação. Para os governantes, por exemplo, a transparência excessiva pode ser um meio nada viável, quando o que se têm é um poder corrupto, que se utiliza de meios ilícitos para adquirir bens.

Em síntese, a complexidade e, simultaneamente, o paradoxo do Estado democrático é a garantia e o acesso à informação, para, assim, haver o desenvolvimento da *accountability*, em que os próprios governantes devem dar um *feedback* aos governados, o que, perante um governo corrupto, algo não viável.

Marcado pelo alto crescimento e desenvolvimento tecnológico, a forma como as informações têm sido alcançadas já traz mudança bastante considerável, quando comparada com outros momentos da história. O nascimento de novas linguagens é apresentado como uma das maneiras em que o conhecimento vem se alastrando e sendo distribuído. De acordo com a Projeção da Price WaterhouseCoopers (PwC), uma das maiores prestadoras de serviços do mundo, o mercado de entretenimento e mídia brasileiro terá crescimento acelerado nos próximos 5 anos e chegará a US\$ 71 bilhões em 2017, o que não garante, diretamente, que o alcance desse desenvolvimento chegará a todos os brasileiros. De acordo com o estudo "Entertainment and Media Outlook" (Perspectivas para entretenimento e mídia), o Brasil é um dos oito países do mundo que terá o maior crescimento nos investimentos em publicidade e gastos do consumidor no setor nos próximos anos.<sup>i</sup>

Já é certo o crescimento e a expansão que elementos da mídia, fontes de informações dos mais diferentes ramos - inclusive político -, tem trazido, porém, cabe, agora, entender como essa distribuição é feita, partindo do contexto abordado, de um Estado com características democráticas.<sup>ii</sup>

Importante ressaltar que o próprio processo de divisão ou delegação de funções acaba por gerar uma diferenciação entre os indivíduos, no que se refere à função e, portanto, à especialização, conseqüentemente, à assimetria de informações entre os membros da sociedade. Assim, o papel da democracia se apresenta, justamente, e, também, no combate a tal desigualdade de mecanismos institucionais de acesso àquelas informações.

De acordo com relatório das Nações Unidas sobre a Economia da Informação, apesar de cada vez mais pessoas terem acesso à tecnologia, a velocidade de acesso dos ricos é crescentemente maior do que a dos pobres. Tal documento, ainda, aponta governos como principais atores no combate ao problema. Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a exclusão digital ao redor do mundo tem diminuído, de fato, porém, por outro lado, está sendo substituída por outra desigualdade, a de uso de banda larga. Segundo o mesmo relatório da Unctad, cerca de um quinto da população mundial, atualmente, tem acesso à rede mundial de computadores, o que representa uma melhoria nos números, nos últimos cinco anos. Na Argentina, por exemplo, em 2003, apenas 15% da população

tinha como navegar pela internet: em 2008, metade dos argentinos já podiam ler páginas web <sup>iii</sup>.

Assim, otimistas ou não, os dados revelam certa melhoria, quando se referindo à exclusão digital. Mas, ao mesmo tempo, fica clara a relação das muitas desigualdades, inclusive, da informação, com a desigualdade social: quanto mais rica, maior e melhor o acesso. O acesso a tais meios depende, também, da educação de base, outra questão importante para o acesso e o entendimento das informações expandidas: trata-se de um abismo entre populações.

Outro quesito a ser analisado é a qualidade das informações. A posição tida pelos meios de comunicação de massa é relevante, sendo mostrados como principais fontes de informação pela sociedade e, conseqüentemente, como marcas de influências nas opiniões dos que a esses se voltam. O grau de educação novamente aparece, quando, na verdade, quanto menor o nível do telespectador, por exemplo, maior é o poder da televisão, um dos principais meios de comunicação de massa, sobre eles. Assim, independente das características de quem está à frente do poder, sua posição será de dominar as informações ministradas nos tais meios, controlando a qualidade, não só da programação, mas dos cidadãos, também.

Caso específico e recente foi o levante das manifestações brasileiras que ocorreram no ano de 2013, reivindicando, inicialmente, o aumento dos preços das passagens, o que, na verdade, representou a "gota d'água" para uma série de protestos em todo o Brasil. E o plano de fundo, juntos dos bastidores, era a própria internet, através de redes sociais de grande alcance, sendo o meio em que o cidadão percebeu que, assim com ele, havia muitos outros insatisfeitos. Jovem e apartidário, o movimento é organizado nas mídias, em que grupos coordenam os eventos e mantêm todos a par, através de fotos, mensagens e vídeos. O que mais se viu foi a utilização das *hashtags*, abaixo das fotos, como legendas do tipo "o Gigante acordou", isto para representar que o Brasil não seria mais o mesmo. Com certeza, tratou-se de uma repercussão enorme, sendo que a própria internet foi o ponto de partida – prova de que a mídia se envolve direta ou indiretamente -.

Como foi afirmado, o interessante dos grandes protestos foi a não utilização da grande mídia para a averiguação e para a realização do que se combinava, na internet. É destacável, ainda, o risco para o regime democrático da opinião majoritária contrária a

uma cultura política, que desqualifica autoridades congressistas, como proposto nos movimentos.

Por melhores que sejam os números, é inegável que a exclusão digital continua sendo uma barreira no Estado Democrático, em que, teoricamente, todos deveriam ter igual aquisição dos bens da comunicação. A verdade é que, excluídos de informações, excluídos do mundo, pois, como disse Steve Jobs<sup>iv</sup>, em 2011, "informação é poder".

---

<sup>i</sup>Disponível < <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/06/publicidade-na-web-ira-crescer-mais-de-18-por-ano-no-brasil-diz-pwc.html>> Acesso em 9 de fevereiro de 2014.

<sup>ii</sup> Em síntese, a democracia vem da palavra grega “demos” que significa povo, que é aquele quem detém o poder soberano sobre o poder legislativo e o executivo.

<sup>iii</sup>Disponível < <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/onu-aponta-desigualdade-no-acesso-banda-larga>> Acesso em 9 de fevereiro de 2014.

<sup>iv</sup> Co-fundador, presidente e diretor executivo da Apple Inc.

## **Bibliografia**

FERNANDES, Luis; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula e WILLEMSSENS, Clara. Desenvolvimento, desigualdade e acesso à tecnologia de comunicação e informação nos países BRICS. Abril, 2013. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5991/doc/387987577.pdf>> Acesso em 6 de fevereiro de 2014.

G1, Economia, Mídia e Marketing. Publicidade na Web irá crescer mais de 18% por ano no Brasil, diz PwC. 7 de junho de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/06/publicidade-na-web-ira-crescer-mais-de-18-por-ano-no-brasil-diz-pwc.html>> Acesso em 6 de fevereiro de 2014.

---

MEDEIROS, Marcelo. ONU aponta desigualdade no acesso à banda larga. 29 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/onu-aponta-desigualdade-no-acesso-banda-larga>> Acesso em 6 de fevereiro de 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability : dilemas e alternativas da representação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2014.

MOHERDAUI, Luciana. Exclusão Digital. 6 de setembro de 2011. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/eno120920011.htm>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2014.

SALATIEL, José Renato. Protestos no País: A Revolta da Nova Geração. 21 de junho de 2013. Disponível em <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/protestos-no-pais-a-revolta-da-nova-geracao.htm>> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SORJ, Bernardo. Brasil@povo. com: A luta contra a desigualdade na Sociedade de Informação. Jorge Zahar Editor, 2003. Disponível em <[http://www.bernardosorj.com.br/pdf/Brasil\\_@\\_povo\\_com.pdf](http://www.bernardosorj.com.br/pdf/Brasil_@_povo_com.pdf)>. Acesso em 6 de fevereiro de 2014.